

## Ministério de Minas e Energia

### Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

## Sumário

|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                  | <b>2</b>  |
| Título: Eletrobras diz que volta a leilões em 2018 .....                      | 2         |
| Título: Em 2016, estatais reduziram quadro de pessoal em 22 mil cargos.....   | 3         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                       | <b>3</b>  |
| Título: Investimento de empresas estatais é o menor desde 2000 .....          | 3         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                    | <b>4</b>  |
| Título: Só governo pode mudar 'lista negra', diz presidente da Petrobras..... | 4         |
| Título: Bandeira vermelha deve permanecer o ano todo .....                    | 5         |
| Título: Nota.....                                                             | 6         |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                     | <b>6</b>  |
| Título: Cemig sob ameaça .....                                                | 6         |
| Título: Estatais perdem 22 mil funcionários .....                             | 9         |
| Título: Nota.....                                                             | 10        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                         | <b>11</b> |
| Título: Ministro quer estender Repetro por 20 anos .....                      | 11        |
| Título: Aneel vê bandeira vermelha na conta de luz até novembro .....         | 12        |
| Título: EUA exportam mais petróleo e reduzem déficit.....                     | 13        |
| Título: Estatais cortaram investimentos e 4% do pessoal.....                  | 14        |
| Título: Pré-sal atrai interesse de multinacionais de petróleo .....           | 16        |
| Título: Estatal fecha venda de 90% da NTS para Brookfield .....               | 17        |
| Título: Expansão da receita em 2016 foi anulada pela inflação.....            | 18        |
| Título: Eletrobras quer participar de leilões a partir de 2018.....           | 20        |
| Título: Alupar capta em oferta de ações R\$ 833 milhões .....                 | 21        |
| Título: Carf mantém autuação de R\$ 1,5 bi contra a Petrobras .....           | 22        |

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Eletrobras diz que volta a leilões em 2018**

Segundo presidente da estatal, já há interessados em distribuidoras

A Eletrobras e suas subsidiárias voltarão a participar de leilões de geração e transmissão de energia a partir do próximo ano e poderão, inclusive, em alguns casos, atuar como majoritária, afirmou ontem Wilson Ferreira Júnior, presidente da estatal, em evento de comemoração dos 60 anos de Furnas. Segundo o executivo, este ano será de reestruturação na companhia, com adoção de medidas de governança, integração de sistemas entre as empresas do grupo e redução da dívida, de R\$ 23 bilhões. — O conjunto da redução das despesas e potencialização dessas receitas vai fazer com que o grupo Eletrobras e suas empresas possam voltar a ser protagonistas, agentes de investimentos a partir da reestruturação — disse o presidente da estatal. Neste ano, o grupo Eletrobras vai investir R\$ 9 bilhões. Sua prioridade será a conclusão de obras. O presidente da Eletrobras destacou que já existem investidores interessados na compra de seis distribuidoras de energia federalizadas que são controladas pela Eletrobras. Elas atuam nos estados de Acre, Alagoas, Amazonas, Rondônia, Roraima e Piauí.

#### MODELO DE VENDA

Elas devem ser privatizadas nos mesmos moldes do leilão realizado no ano passado para venda da Celg, que atua em Goiás. Na segunda tentativa de venda, a empresa foi comprada pela Enel no fim do ano passado. O processo de reestruturação da Eletrobras prevê uma série de ações para melhorar o caixa das distribuidoras e eliminar dívidas antes da sua venda. — Temos tido várias manifestações de interesse (pelas distribuidoras). Para falar dos players que estão no Brasil, que têm experiência e podem fazer desses negócios uma plataforma maior, há a Equatorial, que está no Maranhão e no Pará, a Enel, que está no Ceará, a Energisa, entre outras. Vários estão demonstrando interesse — afirmou Ferreira Júnior. O BNDES foi contratado pela Eletrobras para realizar os trabalhos de avaliação e modelagem para a privatização das distribuidoras. O trabalho deve ser concluído em julho. Presente ao evento, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, fez críticas aos governos anteriores, sem citar nomes, dizendo que o setor elétrico foi deixado em situação difícil. — Justamente por ser empresa pública, ela (Eletrobras) foi obrigada a patrocinar toda política da época então tida como prioritária pelo governo — disse.

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Martha Beck****Título: Em 2016, estatais reduziram quadro de pessoal em 22 mil cargos**

Mais 2.600 devem sair no programa de desligamento voluntário da Eletrobras

As estatais federais encolheram suas estruturas entre 2014 e 2016. Dados divulgados ontem pelo Ministério do Planejamento mostram que houve uma redução de 25.091 cargos nesse período. Só entre 2015 e 2016, essa diminuição foi de 22.067. De acordo com o Boletim das Empresas Estatais — documento que passará a ser publicado periodicamente —, o total de funcionários dessas companhias passou de 552.989 para 530.922 no ano passado. E esse número deve continuar caindo. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, explicou que várias estatais já foram autorizadas a fazer programas de desligamento voluntário (PDVs) e que a Eletrobras será a próxima. A expectativa da empresa é que 2.600 funcionários ingressem numa primeira fase, o que reduziria o quadro de pessoal de 17 mil (sem considerar as distribuidoras) para 14.400. O ministro afirmou que esse movimento não prejudicará o funcionamento das empresas. Isso porque os PDVs estão sendo combinados com um enxugamento operacional.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Mercado****Autor: Mariana Carneiro****Título: Investimento de empresas estatais é o menor desde 2000**

De cada R\$ 100 que as empresas estatais planejavam investir no ano passado, só R\$ 74 saíram do papel. Foi o mais baixo percentual de execução de investimentos das empresas do governo federal desde 2000.

Segundo levantamento inédito do Ministério do Planejamento, as empresas estatais federais investiram R\$ 56,5 bilhões em 2016. Mas tinham aprovação para gastar mais: R\$ 76 bilhões.

O encolhimento tem relação com o processo de redução do endividamento das empresas, principalmente de Petrobras e Eletrobras, segundo o ministro Dyogo Oliveira (Planejamento).

A Petrobras respondeu por 85% dos investimentos das estatais federais. A Eletrobras, por outros 7%. O investimento das empresas estatais aumentou ano a ano até 2012, mas desde então só encolhe.

"Isso tem a ver com o ciclo econômico, de endividamento e com o processo de readequação que [essas empresas] estão passando, visando melhorar seu resultado e desempenho", disse Oliveira.

Em setembro de 2016, as estatais do governo tinham R\$ 448 bilhões em dívidas. Petrobras e Eletrobras respondiam por mais de 95% desse endividamento.

Antes da derrocada em 2015 e 2016, a Petrobras chegou a responder por 10% de todo o investimento do país, diz Alessandra Ribeiro, sócia da consultoria Tendências.

Enredada na Lava Jato e com alto endividamento, a estatal pisou no freio. Isso contribuiu para que o investimento no país recuasse 23% nos últimos dois anos.

O ministro prevê, porém, uma reversão no baixo investimento das estatais. "O processo de ajuste por investimento já ocorreu. A partir deste ano vamos ver maior efetividade entre o valor orçado e o executado."

Questionado sobre a possibilidade de privatização, o ministro afastou a hipótese. Segundo ele, os únicos programas de venda de ativos estão em andamento dentro das próprias empresas, como Eletrobras e Petrobras.

O levantamento mostra ainda que as 154 estatais federais cortaram 22 mil postos de trabalho (5%) em 2016. Nos próximos meses, a Eletrobras deve anunciar um programa de demissão voluntária nos moldes dos que ocorreram no Banco do Brasil e nos Correios.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Josette Goulart

**Título:** Só governo pode mudar 'lista negra', diz presidente da Petrobras

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse nesta terça-feira, 4, que os acordos de leniência fechados com o Ministério Público Federal, mesmo que com aval do Tribunal de Contas da União (TCU), não são suficientes para retirar as empresas da lista de fornecedores impedidos de fazer negócios com a estatal. Parente disse que a determinação precisa vir do governo federal, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Transparência (CGU).

"Nós somos ligados e supervisionados pelo Ministério de Minas e Energia, que é do poder executivo. E temos, então, de receber uma orientação do poder executivo de qual sistemática a seguir. Então, se eu tiver só uma orientação do MPF ou só do TCU, não é suficiente", disse Parente a jornalistas após participar

de evento promovido pelo banco Bradesco BBI, que reuniu 800 investidores nesta terça-feira, 4, em São Paulo e que contou também com a presença do presidente Michel Temer e do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Outra representante do governo no evento, a presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques, disse que a falta de acordos com os diferentes órgãos pode afetar o risco de crédito das empresas. No caso do banco, a leniência do MPF está sendo aceita para que as empresas retomem o cadastro na instituição. O cadastro é condição para concessão de crédito, mas é apenas um passo no processo de financiamento do banco. Toda operação do BNDES passa por uma análise de crédito.

As empresas Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht, que já assinaram acordos com o MPF e que, juntas, acertaram pagar cerca de R\$ 10 bilhões em multas, têm reclamado nos bastidores da atuação do governo, ao não aceitar a leniência. Nenhuma delas chegou a um acordo com a CGU e estão sendo processadas por improbidade pela AGU. Além disso, ainda estão enfrentando os processos no TCU, que tem poder de declarar a inidoneidade, ou seja, de impedir que as empresas participem de qualquer contrato com o governo.

## Regras

Na Petrobras, empresas dos três grupos seguem na lista negra. Segundo informações repassadas pela assessoria de imprensa da companhia, apenas a Setal Óleo e Gas, que também fez leniência com o MPF em março de 2015, foi retirada da lista. Mas, depois disso, segundo a empresa, as regras mudaram. "A Petrobras aperfeiçoou os seus sistemas de controle e, com isso, as condições mudaram. Por exemplo, atualmente, é exigido a Due Diligence de Integridade, uma série de procedimentos e verificações sobre o Grau de Risco de Integridade (GRI) das empresas", diz a nota enviada à reportagem,

Em outras palavras, ditas nesta terça pelo presidente Pedro Parente, a liberação depende de a Petrobras fazer ela mesma a avaliação dos sistemas de conformidade e governança de cada uma das empresas para formar sua própria conclusão. Além claro, de ter a concordância da CGU e AGU no processo. A lista negra da Petrobras tem hoje 80 empresas de diferentes CNPJs, mas algumas pertencentes a um mesmo grupo empresarial.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Bandeira vermelha deve permanecer o ano todo

As contas de luz do consumidor devem permanecer com bandeira vermelha o ano todo. Segundo o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, é improvável que as tarifas retomem a bandeira verde até o fim deste ano, pois foi preciso acionar usinas térmicas mais caras já em março – antes mesmo do início da seca. “Se hoje já se justifica a bandeira vermelha, não é provável que essa situação se reverta até o início do próximo período úmido, em novembro.”

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Caderno 2 / Direto da fonte

**Autor:** Sonia Racy

**Título:** Nota

### Nem te ligo

O governo Temer não se deu ao trabalho de mandar um representante ontem às comemorações da Siderúrgica de Pecém, construída pela Vale, no Ceará. Investimento de R\$ 13,8 bilhões.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Opinião

**Autor:** Fábio Ramalho

**Título:** Cemig sob ameaça

Minas não pode se calar diante da voracidade da União perpetrada contra um dos maiores patrimônios dos mineiros, a Companhia Energética de Minas Gerais – a nossa Cemig, empresa modelo do setor elétrico nacional. Quer o governo federal, por qualquer meio, se apropriar das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda para licitá-las e arrecadar bilhões de reais para fazer frente ao famigerado e incontrolável déficit público federal.

Ora, tais usinas foram construídas e operadas com maestria pela Cemig, com recursos do povo mineiro, para propiciar o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Nunca é demais lembrar que a criação da Cemig é uma iniciativa visionária do ex-presidente Juscelino Kubistchek, nosso lendário JK, fundamentada em seu programa de desenvolvimento do estado, com o binômio Energia e Transporte. Já naqueles longínquos anos 1950, JK sabia que energia elétrica é insumo essencial para o crescimento socioeconômico. E foi exatamente a isso que se prestou a Cemig ao longo de seus quase 65 anos a serem completados agora em maio. A energia da Cemig atraiu indústrias e levou conforto aos lares mineiros. A luz da Cemig levou educação, saúde e empregos aos mais distantes recantos das

Minas Gerais. A modernidade e a eficiência da empresa mineira inspiraram congêneres pelo país afora.

Como presente de aniversário, quer o governo federal dar à Cemig uma rasteira. Quer tomar para si as concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda, desconsiderando o que reza o contrato de concessão firmado com a empresa em 1.997. Esse é um contrato sui generis, diferente de qualquer outro celebrado no país por possuir uma cláusula que assegura a renovação das concessões dessas usinas por mais 20 anos. A assinatura do Contrato de Concessão nº 007/97 com termos tão distintos tinha e tem o propósito de dar segurança jurídica aos investimentos que foram e precisam ser feitos. Justamente essa segurança jurídica que agora se vê solapada pela arbitrariedade do governo central.

Para não ficar a impressão de que os argumentos apresentados não passam de lamúrias da concessionária, nada mais adequado que a reprodução da Cláusula Quarta do Contrato 007/1997:

#### “CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DAS CONCESSÕES E DO CONTRATO

As concessões de geração de energia elétrica reguladas por este Contrato têm seu termo final estabelecido nos respectivos atos de outorga, conforme relacionados no ANEXO I, GARANTIDA àquelas ainda não prorrogadas nesta data a extensão de seu prazo nos termos do art. 19 da Lei nº 9.074/95.

Primeira Subcláusula – O prazo de concessão de cada central geradora de que trata o caput desta cláusula poderá ser prorrogado, mediante requerimento, por até 20 (vinte) anos, caso a CONCESSIONÁRIA, estando cumprindo adequadamente o presente Contrato, implementar as disposições regulamentares que vierem a ser estabelecidas para o setor elétrico.

Segunda Subcláusula – O requerimento de prorrogação de que trata a subcláusula anterior deverá ser apresentado em até seis meses antes do término do prazo, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referente aos serviços públicos de energia elétrica, inclusive o pagamento de que trata o §1º do art. 20 da Constituição Federal, bem assim de quaisquer outros encargos previstos nas normas legais e regulamentares então vigentes.

Terceira Subcláusula – O PODER CONCEDENTE manifestar-se-á sobre o requerimento de prorrogação nos termos do Decreto nº 1.717/95. Na análise do pedido de prorrogação, o PODER CONCEDENTE levará em consideração todas as informações sobre os serviços prestados, devendo aprovar ou rejeitar o pleito

dentro do prazo estabelecido no referido Decreto. O deferimento do pedido levará em consideração a não constatação, em relatórios técnicos fundamentados, emitidos pelo órgão de fiscalização, do descumprimento por parte da CONCESSIONÁRIA dos requisitos de eficiência, segurança, atualidade e cortesia do atendimento. A falta de pronunciamento do PODER CONCEDENTE no prazo previsto significará a prorrogação automática das Concessões por igual período, nas mesmas condições vigentes.”

A limpidez dessa cláusula equipara-se à das águas que brotam nos vales de Minas, tão apropriadamente denominada “a caixa-d’água do Brasil”. A clareza do direito da concessionária só não é perceptível para quem tem os olhos vendados por propósitos turvos, como parecem ser os do governo federal.

A Cemig diligentemente cumpriu os prazos, requerimentos e pré-requisitos estabelecidos contratualmente, sem que houvesse, da parte do poder concedente, a manifestação prevista na Terceira Subcláusula. Logo, como prevê a última frase desse dispositivo contratual, as concessões têm seus prazos prorrogados automaticamente.

Em vez de cumprir o contrato, a máquina federal tem feito esforços inimagináveis para confundir a opinião pública e até mesmo a Justiça, a quem a Cemig se viu obrigada a recorrer para defender seus direitos. No começo da demanda, o argumento era a modicidade tarifária, que logo se comprovou falaciosa pelas consequências maléficas da reestruturação do setor que o governo federal havia forçado, no bojo da qual também estava a apropriação das usinas da Cemig. Repete despidoradamente que permitir à Cemig ficar com as usinas seria dar tratamento não isonômico ante as outras concessionárias, convenientemente esquecido de que existe um contrato que distingue a situação dessas usinas das demais. Por último, apresenta o argumento de equacionamento do deficit público em nome do qual se atropela qualquer direito, qualquer argumento, qualquer princípio constitucional, inclusive.

Alega agora o governo federal que a cláusula contratual que assegura a manutenção das usinas como concessão para a Cemig não tem mais validade. Diz que a legislação mudou quando da malfadada tentativa de reestruturar o setor elétrico. Esquece-se a União de que foi um contrato assinado livremente pelas partes sobre o qual a legislação posterior não pode retroagir para cassar direitos. É de perguntar: qual o recado que o governo central quer passar para os investidores, especialmente os internacionais? Segurança? Impossível!

O governo central faz ouvidos moucos, vira as costas a todos os argumentos, contratuais, legais ou regulatórios. Mesmo instado pelo ministro do Supremo Dias Toffoli, o governo nem sequer dignou-se a considerar a proposta



conciliatória apresentada pela Cemig, tão ao feitio dos mineiros. Note-se que é uma proposta pública, divulgada em fato relevante ao mercado.

Retirar da Cemig o direito à renovação da concessão das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda é reduzir a capacidade de geração da empresa quase à metade. É limitar drasticamente a capacidade de investimentos da companhia. É manietar a expansão do desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais. É atirar na goela do deficit público federal o esforço incansável de gerações de mineiros. É conspirar contra os direitos do povo mineiro, como acionistas que são da empresa e como beneficiários de seus serviços.

As Alterosas precisam ser, uma vez mais, altivas. Precisam se fazer ouvir ao longe. No planalto. Essa não é uma luta de uma empresa. Tampouco de um governo. Nem sequer de um partido. Essa é a luta de um povo. O povo mineiro. Conclamo todos a empunhar essa bandeira, pelo bem do desenvolvimento do estado e pelo respeito à história e, sobretudo, ao direito imorredouro a um bem construído com tanto sacrifício.

Fábio Ramalho, Deputado Federal

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Rosana Hessel

**Título:** Estatais perdem 22 mil funcionários

As estatais federais tiveram redução de 22 mil funcionários em 2016. De acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, o total de trabalhadores nas 154 empresas com controle direto ou indireto do governo federal passou de 563.989, em 2015, para 530.922, no ano passado, ou seja, um corte de 4% de pessoal.

Ao divulgar ontem o boletim das empresas estatais federais, o ministro avisou que o processo de reestruturação dessas empresas está em andamento, o que tem ajudado na valorização dos papéis dessas companhias na bolsa de valores. “Entre janeiro e dezembro de 2016, a Eletrobras teve alta de 250% e a Petrobras, 106,7%”, disse. Ele não revelou quantos cortes estariam previstos em 2017, mas adiantou que a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) autorizou um plano de demissões voluntária de 2,6 mil pessoas na Eletrobras, excluindo as distribuidoras.

“A redução de pessoas continua ao longo deste ano. Já autorizamos vários processos de desligamento incentivado. A Eletrobras deve anunciar em breve o dela”, afirmou Oliveira. Para ele, se houver uma redução dos 17 mil para 15 mil

funcionários, será “de bom tamanho”. No fim de 2016, a companhia informou a intenção de cortar 5,6 mil pessoas até 2018. Ao todo, incluindo as distribuidoras, a empresa possui 23 mil empregados, de acordo com o ministro.

### **Investimento**

Ele negou qualquer possibilidade de redução de pessoal no Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e destacou que a política de reajustes nas estatais ocorre com valores próximos ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o objetivo é seguir “abaixo desse patamar”.

O titular do Planejamento reconheceu que os investimentos das estatais encolheram nos últimos anos devido, principalmente, ao forte endividamento das empresas públicas. Dos R\$ 94,6 bilhões contabilizados como investimento do governo federal no ano passado, a maior parte, R\$ 56,5 bilhões (59,7%), foi proveniente de estatais. Só que esse montante ficou 29% abaixo do investido em 2015. Naquele ano, o endividamento total chegou ao pico de R\$ 544 bilhões, volume 283% superior aos R\$ 142 bilhões de 2000. Os números de 2016 ainda não estão fechados, mas, de acordo com o titular da Sest, Fernando Soares, até setembro passado, as dívidas das estatais somavam R\$ 448 bilhões.

“Os números até setembro de 2016 mostram que houve uma inflexão na curva de endividamento das estatais”, disse Soares, lembrando que Petrobras e Eletrobras são responsáveis por mais de 98% dessa dívida. “Vamos esperar até 30 de abril para que todas as empresas entreguem seus respectivos balanços e como há uma demora para os dados entrarem no sistema, provavelmente, entre maio e junho divulgaremos os resultados de todas as empresas”, explicou.

O volume de dividendos pagos pelas estatais também sofreu forte redução nos últimos anos após atingirem o patamar mais elevado em 2012, quando a União embolsou R\$ 36,9 bilhões. No ano passado, a redução foi de 68% em relação ao pico, para R\$ 11,6 bilhões, lembrou Oliveira. Para este ano, a previsão atualizada do governo é de uma receita de R\$ 9,4 bilhões com dividendos.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Política

**Autor:** Denise Rothenburg

**Título:** Nota

### **Furnas, a próxima fronteira**

O presidente de Furnas, Ricardo Medeiros, está sob ataque especulativo da bancada do PMDB de Minas Gerais. A turma quer apeá-lo do cargo para colocar

outro apadrinhado. O problema é que ainda não se entendeu sobre um nome e assim Medeiros vai ficando.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Cláudia Schuffner

**Título:** Ministro quer estender Repetro por 20 anos

O ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, espera para breve uma decisão favorável do governo para estender por mais 20 anos o Repetro, regime aduaneiro especial que prevê tratamento fiscal diferenciado, com isenção de impostos para importação de embarcações e alguns equipamentos utilizados pela indústria do petróleo.

A extensão desse regime, cuja validade se encerra em 2019, é uma das mais aguardadas pelo setor e o ministro admitiu que resolver a questão era um dos compromissos quando ele assumiu o cargo. Os outros pontos eram a regulação para unitização de áreas no pré-sal, a reformulação das regras de conteúdo local, e a retirada da exclusividade da Petrobras para atuar como operadora única do pré-sal com 30% no mínimo.

"O Repetro é o único que ainda está pendente. Esse é um compromisso que hoje está na Fazenda e eu recebi na semana passada, dentro do governo em conversas, que nós devemos resolver isso no fim de março e pode ser agora nos primeiros dias de abril", disse o ministro, que participou ontem de cerimônia de comemoração dos 60 anos de Furnas.

Coelho Filho lembrou que o Repetro ainda vale até 2019 e por isso considera que existe uma folga para a decisão ser tomada. "O que nós queremos é que o Repetro possa ser anunciado antes do primeiro leilão das áreas do pré-sal, em junho."

Sobre a resistência do governo do Rio em relação à extensão do regime, o ministro disse que é "completamente solidário com a situação dos Estados", mas afirmou que não se deve "exagerar na dose". Coelho Filho lembrou que o setor é responsável pela geração de empregos no Estado do Rio, particularmente, e também gera divisas por meio de royalties e impostos.

"Essa questão está sendo discutida pela Fazenda, onde estão sendo discutidas uma série de outras ajudas, não só ao Rio de Janeiro, mas também a outros Estados", disse o ministro. Ele indicou que a expectativa é que o regime especial seja estendido. "Estou muito animado com a possibilidade de fazer o anúncio do

Repetro em breve", afirmou. Segundo ele, a expectativa é de anúncio antes dos dois leilões do pré-sal previstos para este ano.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rafael Bitencourt

**Título:** Aneel vê bandeira vermelha na conta de luz até novembro

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse ontem que a bandeira vermelha deve permanecer nas contas de luz até novembro deste ano. Na última sexta-feira, a agência reguladora anunciou que os consumidores já contariam com o primeiro patamar da bandeira vermelha a partir deste mês, o que autorizou as distribuidoras a cobrarem o adicional de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora (KWh) consumidos.

Rufino explicou que a bandeira vermelha está sendo adotada no fim do período chuvoso. Esse fato praticamente inviabiliza uma recuperação do nível dos reservatórios ao longo do período de estiagem que o país passará entre abril e novembro.

"Muito provavelmente, no período seco, não haverá uma reversão da situação hidrológica até o início do próximo período úmido [em novembro]", afirmou Rufino a jornalistas, no intervalo da reunião da diretoria.

O diretor da Aneel ressaltou que, apesar da alta probabilidade de manter a cobrança adicional, ainda não é possível dar uma "sentença" de permanência da bandeira vermelha. Segundo ele, existe a possibilidade, ainda que pequena, de mudanças nas condições climáticas e no comportamento do consumo nos próximos meses. Isso reduziria a necessidade de acionamento das térmicas e poderia levar ao acionamento da bandeira amarela. "Não acho provável que a gente deixe de ter o primeiro patamar da bandeira vermelha nesses meses", reforçou.

Desde fevereiro do ano passado, o sinal vermelho não aparecia na fatura do consumidor de energia. O sistema elétrico atravessou todo o período de chuvas sem que os reservatórios das hidrelétricas estivessem com o nível confortável de água, mas o sinal verde permaneceu boa parte do tempo nas contas de luz.

Ontem, Rufino foi questionado se a bandeira vermelha a partir de agora, durante a estiagem, levaria a crer que - de novo - as térmicas demoraram a ser acionadas e a bandeira verde teria sido mantida por muito tempo. Em períodos mais severos de seca, entre 2014 e 2015, as autoridades do setor chegaram a se acusadas de assumirem o risco de racionamento para segurar a alta das tarifas de energia.

O diretor respondeu a jornalistas que as decisões de acionamento das térmicas são tomadas após avaliações e orientações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Além disso, ele ressaltou que o acionamento das bandeiras é uma mera consequência do aumento ou da redução de custo de compra da energia no sistema.

Apesar do sinal de aumento da tarifa com a bandeira vermelha, a diretoria da Aneel aprovou ontem a redução das tarifas três distribuidoras. A maior delas, a CPFL Paulista, aplicará um corte médio de 10,50% nas contas de 4,2 milhões de consumidores do interior de SP.

A Energisa Mato Grosso do Sul (EMS) reduzirá, em média, 1,92% a energia fornecida para 993 mil unidades do MS. Já a Energisa Mato Grosso (EMT) aplicará corte médio de 2,10% das contas de luz de 1,3 milhão de unidades consumidoras de Mato Grosso.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Internacional

**Autor:** A.I.

**Título:** EUA exportam mais petróleo e reduzem déficit

O déficit comercial dos Estados Unidos registrou uma queda significativa em fevereiro, refletindo uma retração recorde das importações da China, enquanto as exportações americanas aumentaram pelo terceiro mês seguido, em especial de petróleo.

O déficit comercial americano caiu para US\$ 43,6 bilhões em fevereiro, número 9,6% menor que o déficit de US\$ 48,2 bilhões apurado em janeiro, segundo informou ontem o Departamento do Comércio. As exportações cresceram 0,2% para US\$ 192,9 bilhões. As importações recuaram 1,8% para US\$ 236,4 bilhões, com o fluxo de produtos chineses encolhendo US\$ 8,6 bilhões, liderado por uma grande queda nas importações de telefones celulares.

O politicamente sensível déficit comercial com a China diminuiu para US\$ 23 bilhões em fevereiro, 26,6% abaixo do total de janeiro. Mesmo assim, o déficit americano com a China é maior do que com qualquer outro país. O presidente dos EUA Donald Trump, que criticou duramente as práticas comerciais chinesas durante a campanha presidencial, terá seu primeiro encontro com o presidente chinês Xi Jinping esta semana na Flórida.

A alta das exportações em fevereiro foi liderada pelos automóveis e autopeças, cujas vendas aumentaram 1,5% para o maior nível desde julho de 2014. Já as exportações de produtos de petróleo cresceram 8,6%. Esses ganhos ajudaram a

compensar a queda das exportações de aviões comerciais, produtos agrícolas e motores industriais.

Na conta petróleo, destaque para a China que importou 8,08 milhões de barris dos EUA, quase quatro vezes o volume de janeiro. Os EUA se tornaram o maior fornecedor da commodity da China. Isso ajudou a elevar as exportações americanas para o recorde de 31,2 milhões de barris no mês.

O déficit comercial é a diferença entre as exportações e as importações. Um déficit maior reduz o crescimento econômico como um todo porque significa que o país está comprando mais produtos de estrangeiros do que de companhias domésticas. O déficit no ano passado foi de US\$ 500,6 bilhões.

O déficit dos EUA com o México cresceu 46% em fevereiro, para US\$ 5,8 bilhões, enquanto que o déficit com o Canadá, o outro parceiro do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), caiu 38,1% para US\$ 2,1 bilhões. O déficit com a União Europeia caiu 18,6% para US\$ 9,4 bilhões, liderado por uma queda de 9,2% no déficit com a Alemanha.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Especial**

**Autor: Fabio Graner**

**Título: Estatais cortaram investimentos e 4% do pessoal**

O quadro de funcionários das empresas do governo federal teve queda de 4% em 2016, de acordo com o primeiro Boletim das Empresas Estatais Federais divulgado ontem pelo ministério do Planejamento. Foram cortados liquidamente 22 mil cargos, passando de 552,9 mil para 530,9 mil pessoas entre 2015 e 2016.

"Esse processo de redução de pessoas continua", afirmou o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira. "A Eletrobras deve ser a próxima empresa a lançar um programa de desligamento", informou, destacando que o objetivo é reduzir o quadro da estatal em 2,6 mil pessoas, mais de 10% do total de empregados do grupo.

Ele explicou que a redução de pessoal se justifica dentro da estratégia de fazer com que as empresas tenham mais foco em suas áreas centrais, reduzam custos e busquem melhores resultados.

Nesse sentido, o boletim também destacou a queda na execução dos investimentos em 2016, que somaram R\$ 56,5 bilhões - equivalente a 74,2% do orçamento, um índice baixo para patamares históricos. "Assim, a redução nos investimentos pode ser, de um modo geral, relacionada ao novo ambiente de

negócios e à concentração das empresas em atividades mais rentáveis aderentes ao seu 'core business'", destaca o documento.

Dyogo afirmou que o ciclo de queda dos investimentos das estatais, iniciado em 2014, chegou ao final e que a partir deste ano deve haver crescimento no volume e também no nível de execução em relação ao orçado. Mas ele não se comprometeu com números e projeções. "Esperamos que haja crescimento dos investimentos das empresas estatais".

O ministro também ressaltou o processo de redução do endividamento das empresas, a chamada desalavancagem. Nesse sentido, ele destacou. Em setembro de 2016, o endividamento das estatais caiu para R\$ 448 bilhões - ante R\$ 544 bilhões no final de 2015.

Ele salientou que houve redução na geração de dividendos das empresas, que caiu cerca de 60%, atingindo R\$ 11,6 bilhões, em relação ao pico de 2012, de R\$ 36,98 bilhões. Essa queda reflete a queda da rentabilidade das empresas e os ajustes por elas implementados. Segundo Oliveira, em 2016 houve também crescimento dos aportes da União nas estatais, somando R\$ 6 bilhões. Os principais aportes da União foram na Eletrobras, Infraero e Telebras.

Segundo o ministro, a melhora na alavancagem tem sido bem recebida pelo mercado. "Nos últimos meses, houve aproximação entre valor de mercado e valor dos livros [patrimônio líquido] das empresas", afirmou.]

O boletim também mostra que quase triplicou o volume de patrimônio líquido negativo das empresas estatais brasileiras, passando de R\$ 9,7 bilhões em 2015 para R\$ 24,6 bilhões em 2016. O ministro explicou que o crescimento desse indicador se deve a fatores pontuais das empresas, como alguns planos de investimentos de empresas ligadas à Petrobras.

No caso da Infraero, cujo patrimônio negativo foi de quase R\$ 3 bilhões, ele explicou que está relacionado aos aeroportos leiloados e ao desbalanceamento que ficou em relação ao nível de pessoal que continuou na empresa.

Dyogo disse ainda que os reajustes salariais do quadro de trabalhadores das estatais ficaram próximos à inflação medida pelo IPCA até junho do ano passado, sendo a maior parte abaixo disso. "A partir de junho, adotamos a política de ter reajustes um pouco abaixo do IPCA e temos praticado essa política nas empresas", afirmou o ministro.

O boletim, segundo Dyogo, mostra um desbalanceamento de gênero nas estatais - 65% da força de trabalho é masculina e 35%, feminina. "A boa notícia é que entre os novos, as pessoas que têm até três anos [de casa], já é praticamente



igual essa divisão", afirmou. "Isso sinaliza que, no futuro, essa diferença de ocupação de gênero será reduzida."

Dyogo afirmou que o BNDES não tem proposta de desligamento de pessoal. O banco de fomento tem diminuído os desembolsos, mas isso não tem proporcionalidade com o quadro de pessoal. Oliveira ressaltou ainda que o BNDES já tem um quadro de pessoal reduzido e opera com outras instituições.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia

**Título:** Pré-sal atrai interesse de multinacionais de petróleo

Petroleiras internacionais têm demonstrado interesse em investir no pré-sal brasileiro. Em março, durante evento do setor em Houston, nos Estados Unidos, a Petrobras teve contato com grandes companhias que manifestaram disposição no assunto, disse Pedro Parente, presidente da estatal, após participar de evento promovido pelo "Financial Times", na tarde de ontem em São Paulo.

"Essa demonstração de interesse aconteceu por diversas empresas, inclusive a Exxon. Mas, sob o ponto de vista de trabalhos para uma parceria estratégica, não temos nada ainda de concreto", disse o presidente.

Citando fontes próximas das negociações, agências internacionais de notícias divulgaram ontem que a americana Exxon Mobil, única gigante petrolífera mundial sem presença no Brasil, estaria em conversações com a Petrobras para obter acesso às águas profundas do país.

As conversações incluíam, ainda segundo as agências, discussões para uma possível joint venture por meio da qual a Exxon investiria em projetos com a Petrobras ou na compra de fatias em campos no mar que o governo brasileiro pretende comercializar neste ano, disseram as fontes.

Parente afirmou que houve "certamente" uma "manifestação de interesse muito grande na área de exploração e produção do pré-sal brasileiro".

A Exxon juntaria-se à gigante francesa Total e à estatal norueguesa Statoil, ambas com parcerias com a Petrobras e que foram expandidas no ano passado.

A Shell anunciou recentemente que planeja investir US\$ 10 bilhões no país nos próximos cinco anos como parte de um esforço para dobrar sua produção global de águas profundas.



Em um evento na parte da manhã, dessa vez promovido pelo Bradesco, Parente disse que a Petrobras vai continuar perseguindo as metas de redução do seu endividamento "sem relaxar".

A Petrobras já conseguiu reduzir a relação entre dívida líquida e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 5,3 vezes ao fim de 2015 para 3,5 vezes ao fim de 2016, e tem como meta chegar a 2,5 vezes. "Se as coisas continuarem assim, conseguiremos atingir um patamar até mesmo menor que 2,5 vezes", disse, completando que a empresa "não vai relaxar em momento nenhum na execução do plano".

O presidente da Petrobras lembrou ainda que o custo da dívida da estatal estava subindo a níveis alarmantes. "Se não estivéssemos fazendo esse trabalho, com o plano para reduzir a alavancagem, essa conta poderia chegar à casa de US\$ 15 bilhões, US\$ 17 bilhões", disse. Em 2016, foram US\$ 7,3 bilhões em custo da dívida. (Com Camilla Veras Mota e agências internacionais)

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor: Paula Selmi**

**Título: Estatal fecha venda de 90% da NTS para Brookfield**

A Petrobras informou ontem a noite que concluiu a venda da fatia de 90% que detém na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para a Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos Participações (FIP), fundo gerido pela Brookfield. A estatal recebeu a parcela de US\$ 4,23 bilhões referente à venda da transportadora, após todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato.

O valor total recebido é composto de US\$ 2,59 bilhões referentes à venda das ações e US\$ 1,64 bilhão relativo a debêntures conversíveis em ações emitidas pela NTS, com vencimento em dez anos, para substituição de dívida com a Petrobras Global Trading B.V. ("PGT"), subsidiária integral da estatal. O restante (US\$ 850 milhões, também referente à venda de ações) será pago em cinco anos e atualizado no período.

Segundo a estatal, o FIP da Brookfield vendeu, após o fechamento desta operação, parte de suas ações na NTS à Itaúsa. Em comunicado separado da Itaúsa, a holding confirma a aquisição e informa que o valor da compra foi de US\$ 292,3 milhões. Desta forma, a Itaúsa passou a deter 7,65% de participação na NTS. Entre as outras partes envolvidas na operação, o FIP ficou com 82,35% e a Petrobras com 10% da transportadora.

O conselho de administração da NTS será composto por sete membros indicados pelo FIP, dois pela Petrobras e um pela Itaúsa.

A Petrobras continuará a utilizar as instalações de transporte de gás natural da NTS, por meio dos contratos já existentes, sem qualquer impacto em suas operações. "A Transpetro permanecerá responsável pela operação e manutenção dos ativos, através de novo contrato de serviços, firmado com a NTS nesta data, com prazo de 10 anos", informou em comunicado.

A NTS é detentora de autorizações para operação de 2.050 km de gasodutos na região Sudeste e tem 100% da sua capacidade de transporte de 158,2 milhões de metros cúbicos por dia contratada com a Petrobras através de cinco contratos de longo prazo na modalidade firme ("ship-or-pay").

A venda da NTS faz parte do programa de venda de ativos da Petrobras, que totalizou US\$ 13,6 bilhões no biênio de 2015-2016. "A venda está alinhada ao Plano Estratégico/PNG 2017-21 da companhia, que prevê a atuação na cadeia de óleo e gás por meio de parcerias".

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor: Juliana Machado**

**Título: Expansão da receita em 2016 foi anulada pela inflação**

O ano de 2016 foi marcado pelo mais baixo crescimento de receitas das companhias brasileiras de capital aberto desde ao menos 2011, como reflexo da crise econômica que levou a uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) de 3,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Levantamento feito pelo Valor Data, a partir dos resultados de 253 empresas não financeiras aponta para um crescimento consolidado de receita líquida de 0,4% em 2016, na comparação com 2015, contra avanço médio de 8,2% nos cinco anos anteriores, de 2011 a 2015. Excluídas Petrobras, Eletrobras e Vale, as receitas tiveram variação positiva de 0,1% em 2016, contra crescimento anual médio de 10,2% de 2011 a 2015.

Mas, considerada a inflação acumulada no ano, de 6,29%, conforme o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), houve queda real de receitas nas duas métricas.

Diante do cenário ruim, houve alguns sinais de alívio nos balanços finais. O resultado operacional - basicamente vendas menos custos e despesas - mais do que duplicou no ano passado, como efeito dos melhores desempenhos de

Petrobras, Eletrobras e Vale, cujos balanços de 2015 haviam sido fortemente afetados por itens não recorrentes. Sem as três gigantes, no entanto, o lucro operacional teve queda, apesar do esforço de muitas empresas para ajustar custos e despesas.

No quarto trimestre, retrato mais recente da situação, os resultados vieram acima do esperado pelos analistas

No quarto trimestre de 2016, a fotografia mais recente da situação das companhias, os resultados vieram acima do esperado pelos analistas. A melhora, no entanto, também ficou muito concentrada em Vale e Petrobras, com números impulsionados pelo preço das commodities e por enxugamento de custos.

O resultado operacional cresceu 159% em 2016, revertendo baixas registradas nos últimos dois anos, principalmente devido ao fato de que Petrobras, Eletrobras e Vale saíram do prejuízo ao lucro operacional de 2015 para 2016. Retiradas as três empresas, o operacional recuou 1% no ano passado, menos do que a queda de 6% de 2015.

O lucro líquido consolidado das 253 companhias somou R\$ 44,3 bilhões, revertendo prejuízo de R\$ 67,3 bilhões em 2015. Desconsideradas as duas estatais e a mineradora, a linha final dos balanços cresceu 62%, para R\$ 42,4 bilhões, devido principalmente ao impacto da valorização do real sobre as despesas financeiras das companhias com dívida em moeda estrangeira.

O endividamento líquido das empresas diminuiu 12,5% em 2016, ou 6,6% sem as três grandes. A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido caiu a 76,4%, ante pico de 86,3% em 2015. Sem Petrobras, Eletrobras e Vale, o indicador passou de 64,8% em 2015 para 61% em 2016.

Para Andrew Campbell, estrategista do Credit Suisse, os destaques positivos de 2016 foram a Vale, devido ao preço do minério de ferro melhor do que o esperado, e a Petrobras, com iniciativas em custos e venda de ativos. A apreciação do real contribuiu para as empresas com exposição das dívidas em dólar, embora, de outro lado, tenha punido companhias com receita na moeda americana.

"Além de esforços operacionais e algumas iniciativas tomadas pelas empresas, tivemos a alta de preços de commodities e a apreciação do real e, em último lugar, a tendência da inflação. Esses foram os pontos de alívio do ano", considera Campbell. "Entretanto, quando olhamos em linhas gerais, ainda vemos um ambiente de crescimento muito fraco", pondera o analista.

O estrategista-chefe da Eleven Financial Research, Adeodato Volpi Netto, acredita que o cenário geral do ano ficou ainda mais claro nos resultados de

outubro a dezembro. "A deterioração da atividade econômica, depois de dois anos de queda de PIB, veio refletida em grande parte dos balanços do quarto trimestre, com indústria, construção civil e varejistas mostrando o tamanho do estrago."

"Por outro lado, houve um filtro qualitativo muito importante, das companhias que se preparam no período de crise, usando a retração de demanda e as condições de mercado para readaptar negócios e estrutura de capital para a hora que a mudança chegar", destaca Volpi Netto. "Depois de muito tempo, essa foi a temporada de balanço que mais claro separou o joio do trigo."

A apreciação do real contribuiu para as empresas com exposição das dívidas em dólar

Entre as companhias bem-sucedidas em promover ajustes em meio à recessão, o analista destaca a varejista Magazine Luiza, que fortaleceu sua operação de varejo online e reduziu o tamanho de lojas físicas; a mineradora Vale, que cortou custos e redesenhou projetos, se adaptando a um cenário de preços mais baixos do minério; e a PBG (novo nome da fabricante de cerâmicas Portobello), que, com uma fábrica nova em Alagoas, está pronta para vender ao Nordeste, quando a economia da região se recuperar.

Se o pior ficou para trás, o que esperar para o primeiro trimestre de 2017? Para Lucas Tambellini, analista do Itaú BBA, se acontecer qualquer recuperação de PIB, a próxima temporada de resultados tem tudo para trazer balanços melhores.

"No quarto trimestre, os analistas foram surpreendidos para cima. Parou de piorar, especialmente se olharmos como foi a atividade e o PIB no trimestre [com queda de 0,9%]", afirma.

"Se as commodities se mantiveram, teremos uma continuação do resultado positivo, em especial de Petrobras e Vale. E se o cenário macroeconômico ajudar, veremos uma melhora também nos demais setores", diz.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Cláudia Schuffner

**Título:** Eletrobras quer participar de leilões a partir de 2018

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., disse ontem que a empresa quer retomar a participação ativa em leilões a partir de 2018. Segundo o executivo, ainda é cedo para saber o tipo de participação da estatal, mas adiantou que "não

faz sentido entrar sozinho, do ponto de vista empresarial", o que significa que a empresa terá sócios.

O momento atual, disse, é de arrumação em várias frentes, inclusive a governança. Citou ainda o plano de demissões incentivadas e lembrou que a empresa prevê investimentos de R\$ 9 bilhões neste ano. A prioridade é concluir obras em atraso e nas quais o grupo estava inadimplente com os sócios.

O executivo lembrou que a Eletrobras tem dívida líquida de R\$ 23 bilhões e uma relação entre dívida líquida e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de sete vezes. "Ainda é alta, o dobro inclusive do que o BNDES recomenda como limite, mas a gente só resolve isso vendendo ativos", disse.

Desse total, cerca de R\$ 16 bilhões são devidos à Petrobras. O tema, segundo o executivo, já foi objeto de dois acordos de confissão de dívida, e um terceiro será assinado, informou. Sobre potenciais interessados nas seis distribuidoras de energia que serão colocadas à venda, Ferreira Jr. disse que já recebeu manifestações de interesse. Provocado, citou três 'players' que estão no Brasil, têm experiência e podem fazer desses negócios uma plataforma maior.

A primeira foi a Equatorial, que já opera distribuidoras no Maranhão e Pará. A segunda foi a italiana Enel, que tem presença no Ceará, que é próxima do Piauí onde a Cepisa será privatizada. Por último mencionou a Energisa, que comprou os ativos do grupo Rede. "Você observe que isso é uma visão pessoal, mas são players que sempre se manifestam", disse Ferreira Jr.

Ele observou que o número deve aumentar quando forem divulgados os editais. O BNDES já foi contratado para fazer a avaliação das empresas e também vai apresentar estudo trazendo juntos a avaliação e a modelagem de venda. Os dois serão entregues em julho. Uma decisão já tomada é que Furnas não terá uma capitalização via mercado, como foi analisado na gestão do ex-presidente Flávio Decat.

"Emissão de capital não será feita", disse o executivo. O presidente de Furnas, Ricardo Medeiros, frisou que não há urgência nesse momento. Furnas comemorou ontem aniversário de 60 anos com a presença de um único político, o deputado federal Hugo Leal (PSB-RJ).

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Thais Carrança

**Título:** Alupar capta em oferta de ações R\$ 833 milhões

A empresa de energia Alupar fixou o preço de suas units em R\$ 19,50 em oferta subsequente de ações concluída ontem. Com a venda dos papéis, a Alupar conseguiu levantar aproximadamente R\$ 833 milhões em recursos para participar do leilão de transmissão de energia que acontece neste mês, organizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Com o apetite elevado dos investidores, os preços das units da Alupar na oferta saíram com um desconto inferior a 5% em relação ao valor que os papéis eram negociados ontem, R\$ 20,45. No dia do anúncio da oferta de ações, os papéis eram negociados a R\$ 19,31.

Com o término da oferta, o conselho de administração da companhia aprovou e homologou o aumento do capital social da empresa em R\$ 833,5 milhões, que passou, assim, a R\$ 2,15 bilhões.

Depois de já ter feito um aumento de capital na Alupar no ano passado, a Guarupart, controladora da companhia pertencente à família Godoi Pereira, optou por não entrar na oferta desta vez, tendo sua participação diluída. Antes da operação, a Guarupart tinha 61% da empresa.

O FI-FGTS, gerido pela Caixa Economica Federal, possuía outros 14,05% da Alupar.

A oferta de ações da Alupar foi coordenada pelos bancos BTG Pactual, Santander, Bradesco BBI, Itaú BBA e J.P. Morgan.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Legislação

**Autor:** Breatriz Olivon

**Título:** Carf mantém autuação de R\$ 1,5 bi contra a Petrobras

A Petrobras perdeu novamente uma disputa sobre lucros no exterior no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A 1ª Turma da Câmara Superior manteve uma autuação fiscal em que a Receita Federal exige o pagamento de Imposto de Renda (IR) e CSLL sobre o resultado de subsidiária da companhia na Holanda, a PNBV, em 2009.

O valor atualizado, incluindo multas, chega a R\$ 1,5 bilhão, segundo a gerente de contencioso tributário da Petrobras, Micaela Dutra. A decisão foi dada no voto de qualidade - desempate pelo presidente da Turma.

O julgamento não teve debate entre os conselheiros tampouco leitura completa dos votos. O precedente da Câmara Superior sobre o tema foi seguido. O leading case é da própria Petrobras e foi decidido em maio de 2016.

No julgamento, um aspecto processual relacionado ao leading case foi discutido pelos conselheiros. A Petrobras apresentou como paradigma a decisão de turma, que já havia sido reformada pela Câmara Superior.

Mas como o acórdão não havia sido publicado, o paradigma foi admitido. Assim, os conselheiros aceitaram julgar o recurso contra a decisão da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção que, em março de 2016, manteve a autuação. De acordo com a decisão, uma vez configurada a disponibilização econômica do resultado, não se trata de tributação de lucro de controlada ou coligada, mas sim de dividendos. Por isso, não haveria ofensa a tratado que busca impedir a bitributação entre o Brasil e os Países Baixos.

Na Câmara Superior, o relator, André Mendes de Moura, representante da Fazenda, afirmou que não se trata de dividendos, mas ainda assim manteve a cobrança, por causa da disponibilização do lucro para a empresa brasileira. A conselheira Cristiane Silva Costa, representante dos contribuintes, divergiu, mas o recurso da empresa foi negado pelo voto de qualidade. As multas foram mantidas por maioria.

A gerente de contencioso da Petrobras afirmou após o julgamento que pretende recorrer da decisão na Justiça e no próprio Conselho, por meio de embargos de declaração - recurso usado para apontar omissões ou pedir esclarecimentos.

Uma mudança na jurisprudência seria importante para a empresa. O tema é um dos mais relevantes para ela na esfera administrativa. Em balanço, já estimou um impacto de R\$ 6,5 bilhões em disputa sobre lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior, nos exercícios de 2005 até 2010, não inclusos na base de cálculo do IR e CSLL.

No Judiciário, os contribuintes têm precedente favorável. Em 2014, ao julgar processo bilionário da Vale, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou o Imposto de Renda e a CSLL sobre o lucro de controladas na Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo, países com os quais o Brasil possui acordos para evitar a bitributação.

**MME / ASCOM .**